



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

O perfil generalista da formação em Serviço Social em pauta

Mailiz Garibotti Lusa¹

Resumo: Trata sobre o perfil generalista da formação em Serviço Social, que se configura oficialmente desde a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996 em várias instâncias. Revisa do processo que levou à aprovação das Diretrizes Curriculares, com o objetivo de identificar o significado da escolha pelo caráter generalista para a formação. O trabalho caracteriza-se como um ensaio teórico, fundamentado em pesquisa de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, de tipo bibliográfica, documental e empírica. São apresentados os resultados parciais da pesquisa. Conclui-se pela conexão processual da discussão sobre o perfil generalista apontado nas Diretrizes Curriculares de 1996 com o processo de revisão curricular que resultou no Currículo Mínimo de 1982 e sua implementação.

Palavras-chave: Formação profissional; Diretrizes Curriculares; Perfil generalista.

The generalist profile of Social Work training on the agenda

Abstract: Approach the generalist profile of academic formation in Social Work, which has been officially configured since the approval of the Diretrizes Curriculares of 1996 in various instances. It reviews the process that led to the approval of the Diretrizes Curriculares, with the objective of identifying in this process the choice by the generalist profile for formation. This paper is characterized as a theoretical essay, based on exploratory research with a qualitative approach, of bibliographical, documentary and empirical type. The partial results of the research are presented. It concludes the procedural connection discussion about the generalist profile pointed out in the Diretrizes Curriculares of 1996 with the curriculum revision process that resulted in the Currículo Mínimo of 1982 and its implementation.

Keywords: Academic formation; Diretrizes Curriculares; Generalist profile.

1 Apontamentos iniciais

As atuais balizas da formação profissional em Serviço Social possuem como marco original as Diretrizes Curriculares de 1996, que foram aprovadas pela categoria profissional na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em Assembleia Geral da ABESS, ambas realizadas no Rio de Janeiro, entre os dias 07 e 08 de novembro de 1996. Um dos componentes destas balizas é a afirmação do perfil generalista da formação profissional.

A partir das Diretrizes Curriculares (1996) vários outros documentos balizadores da formação profissional que pressupõe a formação generalista em Serviço Social foram elaborados, como por exemplo, a Política Nacional de Estágio elaborada pela Associação brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2010). Isso enseja que a escolha expressa pela formação generalista significou um salto qualitativo

¹ Doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (DSS-UFSC), Coordenadora do Grupo de Extensão e Pesquisa Terra, Trabalho e Resistência. Email: mailiz.lusa@ufsc.br.

para o desenvolvimento da direção social estratégica construída coletivamente pela categoria na década de 1990.

Mas, quando este debate se inicia? Qual é o significado deste tipo de formação para o Serviço Social? Em que ele inova? As respostas a estas questões precisavam ser buscadas, o que demandou o desenvolvimento da pesquisa. No entanto, desde o início as possíveis respostas apontam para: a) poderia existir uma ligação processual entre a afirmação do perfil generalista e o processo de revisão da formação que fora iniciado em fins dos anos 1970 e resultou no Currículo Mínimo de 1982; b) a escolha expressa do perfil generalista guarda relação com a consolidação no Serviço Social brasileiro nos anos 1990 da teoria social crítica – ora marxiana e ora marxista – enquanto orientação hegemônica; e c) que a partir da assunção expressa deste tipo de formação deixar-se-ia para o passado definitivamente um tipo de formação bastante calçado na especialização por áreas dentro da própria graduação.

A partir destas indagações e indicativos de respostas partiu-se para uma pesquisa que ainda encontra-se ainda em andamento. Nesse sentido, este trabalho comunica os resultados parciais da investigação, com o objetivo de nele refletir sobre o perfil generalista da formação em Serviço Social, a fim de identificar o significado da escolha deste perfil para a formação. Assim, este trabalho caracteriza-se como um ensaio teórico, resultante de pesquisa de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. Durante a investigação lançou-se mão da pesquisa bibliográfica, documental e empírica², sendo que apenas uma parte dos resultados são discutidos aqui.

No desenvolvimento são tratadas as definições conceituais sobre o perfil generalista da formação, bem como o processo histórico e as diferentes contribuições das revisões que resultam no Currículo Mínimo de 1982 e nas Diretrizes Curriculares de 1996. Ao final, dentre os apontamentos conclusivos, indica-se a existência de conexão processual da discussão sobre o perfil generalista apontado nas Diretrizes Curriculares de 1996 com o processo de revisão curricular anterior que resultou no Currículo Mínimo do Serviço Social brasileiro de 1982 e sua implementação.

2 A formação profissional e o perfil generalista: do conceito às origens do debate

Neste item de desenvolvimento pretende-se apresentar algumas questões conceituais que corroboram a compreensão do que vem se convencionar por perfil generalista, para na sequência situar historicamente o surgimento e desenvolvimento deste debate. Ao final do desenvolvimento serão indicados elementos que se caracterizam como resultados preliminares do processo de pesquisa.

2.1 Perfil generalista da formação: uma concepção não expressa

Neste item serão apresentados os elementos que possibilitam identificar a concepção adotada oficialmente a partir da década de 1990 pelo Serviço Social brasileiro

² Esta pesquisa iniciou no último trimestre de 2019, foi interrompida durante a Pandemia da Covid-19 e retomada em 2022. Na sua execução realizaram-se procedimentos empíricos com coleta de entrevistas, caracterizando uma investigação envolvendo seres humanos. Neste sentido, foi submetida à apreciação ética do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-IP-UFRGS), sendo aprovada pelo parecer consubstanciado CAAE 19680519.0.0000.5334 de 05/09/2019.

sobre o perfil generalista da formação. Mas, antes disso, de forma breve, é interessante conhecer as reflexões e indagações que levaram a tomar o perfil generalista da formação como objeto de estudos e análise.

A autora deste artigo é docente e em suas pesquisas vem tratando há mais de dez anos a questão agrária e sua relação com a formação e o trabalho profissional. Logo no início, suas inquietações remetiam ao reconhecimento dos componentes de ensino que possibilitavam a abordagem, aproximação e produção de conhecimento sobre a realidade rural brasileira, possibilitando aos profissionais formados o reconhecimento da questão agrária como matéria profissional. Já neste processo inicial chamava-se a atenção ao fato que a questão agrária não é a correspondência simplificada dos conflitos de terra no país, logo, não se restringe à questão fundiária.

A questão agrária remete a totalidade dos processos constituintes da realidade, que afetam a vida de quem vive e/ou trabalha no campo ou na cidade. Dessa forma, são expressões da questão agrária as formas de exploração do trabalho no campo e o aprofundamento do empobrecimento que lhe é resultante; as violações e negações de direitos, especialmente os direitos sociais; o não acesso, ou a perda do acesso a terra como meio de produção que vem sendo crescentemente monopolizada; os deslocamentos compulsórios de trabalhadores e suas famílias para as cidades, onde se somam a um contingente populacional de desempregados, ou subempregados, ou empregados precarizados; os desequilíbrios ambientais que dificultam e/ou impossibilitam a produção camponesa, agravando as condições de vida e de trabalho no campo, entre outros. Evidenciava-se, assim, que sem a apreensão da realidade a partir da perspectiva de totalidade, não se poderia reconhecer a questão agrária como elemento constituinte da matéria profissional, portanto, presente em todos os espaços profissionais em que o assistente social atende de forma conjunta a população do campo e da cidade.

Chamava-se ainda a atenção para a importância da abordagem transversal da questão agrária e das ruralidades na formação profissional, a fim de preparar o futuro profissional para o reconhecimento daqueles traços da realidade que particularizam a vida e o trabalho no campo, especialmente as relações sociais de produção.

Em que pese à relevância da transversalidade da questão agrária e das ruralidades na formação profissional, percebeu-se que, se ela não se efetiva, também outros temas transversais da formação do assistente social poderiam estar comprometidos. Mas, qual seria a causa destas ausências, e/ou dificuldades, e/ou insipiências na abordagem destes temas?

Foi a partir deste momento que se passou a centralizar as atenções para o perfil generalista da formação profissional, levantando o pressuposto que o modo pelo qual a formação de graduação vem sendo realizada, após a implantação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, poderia estar comprometendo a concretização plena deste perfil. O reconhecimento desta questão como problema de pesquisa, bem como a pressuposta resposta, indicavam a necessidade de levantar qual era a definição sobre o perfil generalista da formação profissional, apontada nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996).

A pesquisa documental, então realizada nos documentos oficiais que compõem o processo de elaboração e aprovação das Diretrizes Curriculares para o Serviço Social brasileiro, indicou a inexistência de uma concepção expressa para o perfil generalista. Neste sentido, a partir desta busca percebeu-se que o principal documento considerado pela categoria como balizador para a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de graduação, que é o documento elaborado com base no

Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da ABESS, em 8 de novembro de 1996 não cita expressamente o perfil generalista da formação. O mesmo ocorre no Parecer CNE/CES 492/2001, do Conselho Nacional de Educação, em demanda apresentada pela Câmara Superior de Educação, do Ministério da Educação (MEC), que não faz nenhuma menção à formação generalista ao tratar sobre o perfil dos formandos.

Por outro lado, o documento emitido pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social do MEC em 26 de fevereiro de 1999 é o único que menciona o perfil generalista da formação em Serviço Social de forma expressa. Consta uma única vez no documento que o

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. **Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica**, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (MEC, 1999, p. 01. Grifos nossos).

Na descrição deste perfil, interessa perceber a parte que trata do tipo de formação desenvolvida na graduação, entendendo que ela também perfilará o futuro assistente social, indicando o que se pode esperar de um egresso de curso de Serviço Social.

Na citação o termo “generalista” aparece adjetivando a formação intelectual e cultural, ou seja, primeiramente evidencia-se que a formação de graduação desenvolve o discente intelectual e culturalmente, para na sequência dizer que este tipo de formação tem caráter generalista e crítica. A descrição do perfil do egresso continua para, agora sim, falar da formação em seu apelo profissional, quando menciona o desenvolvimento de competências “na sua área de desempenho”, bem como de capacidade criativa e propositiva em seu espaço de inserção.

Certamente esta única menção ao perfil generalista da formação ao longo dos três documentos que se relacionam às Diretrizes Curriculares é bastante sintética, porém, profunda. O conjunto das palavras, que não ultrapassa três linhas no documento original, é capaz de comunicar que mais do que uma formação apenas técnica, a formação esperada desenvolve o sujeito de forma teórica, instituindo um perfil ao egresso que passa a compor a cultura profissional. Em meio à síntese intelectual, cultural e profissional, o

³ Para não fugir ao tema, não será tratado neste artigo o processo de elaboração daquilo que se chamava até fins de 1996 de Currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social e que posteriormente a esse momento, passou-se a denominar de Diretrizes Curriculares para o Serviço Social. Porém, é importante registrar que este processo teve início na deliberação tomada na XVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, ocorrida em Londrina, PR, em outubro de 1993, que deu encaminhamentos para a revisão do Currículo Mínimo de 1982 e iniciou um processo que durou três anos até a sua aprovação em Assembleia da ABESS e outros cinco anos até a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), em 2002. “Entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais” (ABEPSS, 1996, p. 03).

caráter generalista crítico acompanha a descrição do tipo de formação que as escolas de Serviço Social devem desenvolver.

Quando acima fora afirmado que o perfil generalista consta de forma expressa apenas uma vez ao longo dos documentos, não significa que não seja possível encontrar a concepção de outra forma, que não expressa. Afirma-se isso por entender que a concepção do perfil generalista aparece em outros fragmentos ao longo das Diretrizes Curriculares aprovadas pela Assembleia da Abess (ABEPSS, 1996). Uma das menções mais importantes que remetem à compreensão sobre o caráter generalista é quando se afirma que, “a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades” (ABEPSS, 1996, p. 08).

Note-se que a perspectiva de totalidade de conhecimentos adotada pela Assembleia permite relacionar ao perfil generalista do egresso, pois possibilita a interpretação que uma formação que desenvolve um conjunto de conhecimentos que se inter-relacionam e se articulam de forma dialética e indissociável trará por resultado um egresso possuidor de um conjunto de conhecimentos não fragmentados, mas articulados em totalidade. Este conjunto de conhecimentos é desenvolvido articuladamente através dos três núcleos de fundamentos, quais sejam: a) os fundamentos teórico-metodológicos da vida social; b) os fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e c) os fundamentos do trabalho profissional.

Uma das entrevistadas na pesquisa, que foi dirigente da ABESS à época da elaboração das Diretrizes Curriculares de 1996, ao falar sobre a concepção do perfil generalista da formação afirmou que significa que “nós temos que saber conduzir e nos situar nessa totalidade” e complementou “é a exigência de lhe dar [ao estudante] uma visão crítica histórica da totalidade que nos torna necessariamente generalista” (Entrevistada 02, 2019. Documentos de pesquisa).

Assim, pode-se conceber que o perfil generalista é o resultado da formação profissional tomada a partir da totalidade de conhecimentos que se relacionam, possibilitando ao egresso de qualquer curso trabalhar nas mais distintas realidades, com competência para reconhecer as diferentes demandas institucionais e requisições profissionais e de elaborar respostas criativas e propositivas para elas. Assim,

Esta nova estrutura curricular deve refletir o atual momento histórico e projetar-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Esta é a grande moldura da configuração geral das diretrizes gerais aqui expressas (ABESS-CEDEPSS, 1996, p. 04).

Portanto, a formação profissional deve habilitar para que o egresso possa sempre orientar-se pelo reconhecimento e análise histórica da realidade, partindo do momento atual e projetando seu trabalho profissional para o futuro. Esta é a moldura que caracteriza a formação, propiciando-lhe uma configuração geral que, sem dúvida, resulta da totalidade de conhecimentos desenvolvidos, através da intersecção dos três núcleos de fundamentos.

2.2 O debate histórico sobre a formação que leva a explicitação do perfil generalista

Considerando a historicidade dos processos que envolvem uma profissão e

os marcos balizadores da sua formação de graduação, pretende-se neste item do trabalho apresentar dados históricos que possam contribuir para identificar o momento em que o perfil generalista da formação começou a ser pautado e suas conexões com a realidade, a universidade e a produção de conhecimento no país.

No conjunto das quatorze entrevistas que foram realizadas até este momento, é unânime que o processo de revisão da formação tinha outras questões, chamadas de ‘nós’ da formação para resolver, por isso quase não se ateu a discutir o perfil generalista.

Eu acho que era algo dado, assim, que eu me lembre, porque quando a gente pega o parecer da Comissão de Especialistas, já aparece lá o perfil generalista. Quando vem o enquadramento, a gente pega do parecer dos Especialistas e mantém essa ideia de perfil generalista. Quando vai a tramitação por dentro do MEC e no Conselho Nacional de Educação, eles mantêm o perfil generalista, mas eles incluem a habilidades e competências específicas, como domínio de tecnologias e que não estava no perfil do profissional que tinha sido elaborado lá atrás, nem nas Diretrizes, nem no documento da Comissão de Especialistas (Entrevistada 11, 2019. Documentos de pesquisa).

Isso evidencia que já havia um debate que fundamentava um posicionamento da categoria profissional anterior ao processo de revisão da formação dos anos 1990. Há indicativos que esta inovação foi inserida, enquanto ideia geral, durante o processo de revisão que ocorreu no final dos anos 1970 e resultou no Currículo Mínimo de 1982.

Neste sentido, é necessário lembrar o que estava acontecendo na realidade brasileira e o como se pautava a formação profissional em meados finais dos 1970. No que tange ao desenvolvimento da sociedade brasileira “o mercado de trabalho exigia profissionais especializados, o que fazia com que ocorresse um processo de especializações precoces nas mais diversas profissões” (Entrevistada 09, 2019. Documentos de pesquisa).

Esta afirmação de uma entrevistada situa de forma bastante objetiva que no seu momento de surgimento, a inovadora formação generalista vem se contrapor ao modelo de especialidades. Este modelo era bastante difundido em todas as profissões, como resposta para o mercado de trabalho dito especializado e, portanto, também como resposta para suprir as necessidades do tipo de desenvolvimento capitalista dependente que se consolidava cada vez mais no Brasil. Em outras palavras,

Isso se conecta com o que ocorre nos anos 1970 e 1980, com uma nova, ou melhor, uma redefinição da divisão social e técnica do trabalho, que estava acontecendo em razão do modelo de milagre econômico implantado durante a Ditadura Militar. Isso vai ser adensado em seguida pelos processos de democratização do Estado, pelas organizações e pelas conquistas sociais. Quer dizer é este emaranhado de determinações que levava a que a gente definitivamente abandonasse o Serviço Social tradicional, com o Serviço Social do Menor, Serviço Social da Empresa, Serviço Social da Indústria, Serviço Social do Comércio, Serviço Social disso e Serviço Social daquilo. A antítese da formação generalista era esta setorialização do Serviço Social, era contestar o processo que o funcionalismo fazia muito bem que era trabalhar as teorias setoriais que tinham toda a organizabilidade com o modelo vigente até os anos 70 e 80 (Entrevistada 07, 2019. Documentos de pesquisa).

Destarte, a pergunta que os pesquisadores da época se faziam naquele momento era “o Serviço Social deve formar para o mercado, ou deve, ao formar, levar

em conta que existe o mercado, porém assegurar uma relativa autonomia em relação a estas necessidades?” A escolha profissional pautou-se por assegurar a relativa autonomia e “para isso era necessário uma formação generalista, uma formação em que as categorias que vão ser estruturadas nos núcleos de formação dessem conta da realidade brasileira, da profissão e da prática profissional” (Entrevistada 07, 2019. Documentos de pesquisa).

Isso aponta a articulação direta que a escolha deste perfil da formação tem com o processo de aproximação gradual com a matriz marxista, que o Serviço Social brasileiro havia feito e que é identificado como Processo de Renovação do Serviço Social Brasileiro (NETTO, 1996). A escolha deste perfil resulta da apropriação das categorias do método, que possibilitou não apenas uma leitura distinta da realidade, mas inclusive uma transformação na forma de conceber a formação de graduação.

Entende-se que o ponto central que requeria atenção, conforme o debate que surge no final dos anos 1970, reportava à teoria que deveria aportar a profissão na leitura e análise da sociedade brasileira, do tipo de desenvolvimento aqui instalado e do papel da profissão. Além disso, outra questão premente era a discussão sobre a relação teoria, método e história.

Foi a ampliação da interlocução com as ciências sociais que propiciou para o Serviço Social adentrar num caminho de questionamentos aos fundamentos que referenciavam a profissão até o momento e de inserção de dúvidas sobre seu cariz técnico científico. Para alguns que nunca viria a ser uma disciplina intelectual uma vez que, de fato, constituía-se como práxis ou disciplina profissional, detentora de componentes próprios como, por exemplo, um método. Significava dizer que não existia uma filosofia do Serviço Social, mas uma reflexão sobre a prática (KARSCH; MARTINS, 1980).

A partir deste debate tornou-se ainda mais relevante a discussão sobre a teoria e a metodologia do Serviço Social. Aos poucos foi se amadurecendo os aportes marxistas para este debate e as preocupações passaram a versar sobre a teoria, o método e a história na formação profissional (NETTO, 1986). Esta discussão subsidiou o processo de revisão que resultou no Currículo Mínimo de 1982, que foi o primeiro que inovou com a apresentação de um plano global para a formação profissional, onde não mais aparecia a setorialização da formação em Serviço Social com especializações a serem desenvolvidas desde a graduação.

Após a sua aprovação e implementação pelas Escolas de Serviço Social identificou-se que permaneciam dificuldades especialmente com o ensino da prática, o que era feito através da(s) disciplina(s) de metodologia do Serviço Social. Era como se com a passagem da formação setorializada para uma formação mais geral ‘o ensino da prática’ tivesse sido reduzido a um nível que deixava fragilidades no conjunto da formação.

Fora necessário, então, realizar uma avaliação nacional da implantação do Currículo de 1982. Nela ficou evidente a necessidade de preocupar-se com o ensino de metodologia nos Cursos de Serviço Social. A razão é que esta disciplina permaneceu aparecendo de forma dissociada dos estudos sobre a teoria. Tal problema ficou evidente numa pesquisa nacional realizada pela ABESS entre junho de 1987 e agosto de 1988 (ABESS, 1989).

De forma geral, é fundamental perceber que ao longo das revisões, estudos e debates sobre a formação feitos entre fins dos anos 1970 e início dos anos 1990, aos poucos foi se consolidando a superação de uma formação setorializada, que se configurava como herança do funcionalismo na profissão. Esta superação aos poucos foi concedendo espaço para a concepção de formação generalista, o que certamente

guardava relação com a adoção do referencial marxista. Assim, explicitava-se para a profissão que um dos seus problemas mais sérios era a fragmentação de saberes em áreas setorializadas da profissão, de onde decorria outro sério problema, que era a fragmentação entre história, teoria e metodologia.

Foi o conjunto destes questionamentos, associado à maturação e consolidação da teoria social crítica marxista que evidenciou novamente a necessidade de voltar a discutir um novo processo de revisão da formação a ser feito nos anos 1990.

É importante perceber que a escolha pelo perfil generalista resultou de um processo lento, gradual e que ficou quase que de forma permanente nas entrelinhas do conjunto de debates.

Estas transformações do projeto de formação profissional foram ocorrendo na contracorrente da reforma do sistema educacional brasileiro, que já sofria algumas inflexões do Processo de Bologna (CORAL, 2016), sendo um dos elementos mais contundentes as apostas numa formação mais aligeirada no que tange as áreas gerais de estudo das profissões para, em seguida, dedicar-se a ultra especialização por áreas específicas.

É no contexto do reordenamento do sistema educacional brasileiro e na contracorrente de algumas das suas orientações que a categoria profissional afirmará as Diretrizes Curriculares que tinham sido elaboradas em um processo participativo e democrático (WANDERLEY, 1998).

Então, a formação generalista era a antítese de uma superespecialização, era uma mediação na perspectiva de totalidade que devia ter o currículo, era uma mediação da conexão entre os três núcleos da formação para que eles não tivessem separações e era uma aposta de que quem formaria para o mercado era o processo. Tanto que lá na Revista Serviço Social & Sociedade N. 50, que de 1996, o Zé Paulo vai fazer a defesa da formação continuada e isso, de uma maneira ou de outra, vai confluir com a expansão dos doutorados, pois com isso os mestrados passam a assumir quase o papel que era das especializações (Entrevistada 07, 2019. Documentos de pesquisa).

Note-se neste último fragmento das entrevistas que um dos maiores determinantes para que se escolhesse a via do desenvolvimento da autonomia em relação ao mercado na condução de uma formação profissional fora o aprofundamento das pesquisas e da produção de conhecimento, as quais foram fundamentais para a consolidação da teoria social crítica marxista. Neste sentido, afirma-se que um dos determinantes para a escolha do perfil generalista é a adoção do pensamento marxista. Este processo se inicia ainda em meados finais dos 1970 e se estende até fins dos anos 1990.

Por outro lado, a entrevistada lembra de um dos momentos em que dentro do processo de discussão final das Diretrizes, já se manifestava uma preocupação com esta escolha. A entrevistada faz menção às reflexões de Netto (1996), que ao analisar os efeitos das transformações societárias para o Serviço Social e esboçar notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil, aventou que em curto prazo seria insustentável o problema da formação, o qual dizia respeito, em primeiro plano, ao perfil generalista.

Mas, qual era o problema identificado pelo autor? Em síntese, dizia ele que as exigências do mercado profissional colocariam em crise o caráter generalista, pois as transformações societárias exigiriam cada vez mais um profissional especializado por áreas, com capacidade de elaboração de respostas mais qualificadas, embora a existência

de demanda social se mantivesse, não impondo grandes ameaças à profissão. Ao colocar em cheque, dizia o autor que duas saídas seriam possíveis: a) uma delas era “afunilar a graduação, dirigindo a formação, desde o início, para especializações”; b) a outra se direcionava a manutenção do “perfil generalista da graduação, institucionalizando a especialização como requisito para o exercício profissional” (NETTO, 1996, p. 124-125).

Assim, encerra-se este subitem chamando a atenção que mesmo quando o perfil generalista fora questionado, tal indagação veio no sentido de afirmar a sua importância frente ao contexto de utilitarismo da formação profissional, que no reverso poderia capturar a setorialização das áreas profissionais como produto de mercado. Mais do que antes, vive-se um momento de reafirmar as Diretrizes Curriculares (IAMAMOTO, 2014), o que envolve reforçar a importância do perfil generalista da formação.

3 A guisa de conclusão: do conjunto de elementos que contribuem para o Serviço Social brasileiro tenha adotado a formação de perfil generalista

Assim, ao concluir este trabalho chama-se a atenção para a importância de situar historicamente o surgimento e desenvolvimento do debate sobre o perfil generalista, localizando ele como uma contra resposta à demanda da sociedade por um trabalhador assistente social especialista desde a sua graduação.

Sem dúvidas, o avanço da categoria em relação ao debate sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social também contribuiu. A inovação trazida com a criação dos três núcleos de fundamentos da formação é a base que confere potencialidade para que o perfil generalista se concretize

Ainda pode-se dizer que o perfil generalista também foi resultado da forma participativa e democrática pela qual foram coordenados os processos de revisão da formação tanto nos anos 1970, quanto nos 1990.

Portanto, conclui-se afirmando que no âmbito da elaboração das Diretrizes Curriculares, “o processo determina o projeto e o projeto determina o processo” (Entrevistada 01, 2019. Documentos de pesquisa). Significa que a forma participativa, democrática e com direção que foi impressa aos trabalhos de revisão da formação devem ser considerados como características e, ao mesmo tempo, como elementos constitutivos do próprio projeto de formação que se estava inaugurando.

Referências

ABESS. Ensino de metodologia nos cursos de Serviço Social. **Cadernos ABESS**. São Paulo, n. 3, ABESS/CEDEPSS; Cortez Editora, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS-CEDEPSS). Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: **Serviço Social & Sociedade**. O Serviço Social no Século XXI, São Paulo, Cortez, n. 50, ano XVII, p. 58-76, abr. 1996.

CORAL, Marines. **As contradições e tendências do processo de expansão e interiorização da Universidade Federal de Alagoas e seus rebatimentos no Curso de Serviço Social de Palmeira dos Índios**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**. Formação, trabalho e lutas sociais. São Paulo, Cortez, n. 120, número especial, ano XXXIV, p. 609-639, dez. 2014.

KARSCH, Úrsula M. S.; MARTINS, Joel. Questionamentos sobre a ordem dos componentes básicos do Serviço Social – disciplina e profissão. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez Editora, n. 2, Ano I, p. 36-42, mar. 1980.

NETTO, José Paulo. Painel Teoria, método e história na formação profissional. **Cadernos ABESS**. São Paulo, n. 1, ABESS/CEDEPSS; Cortez Editora, 1986.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. O Serviço Social no Século XXI. São Paulo, Cortez, n. 50, ano XVII, p. 58-76, abr. 1996.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional. **Cadernos ABESS**. São Paulo, n. 8, ABESS/CEDEPSS; Cortez Editora, 1998.